

// tps ww // //  
ww ://t w.y ww ww  
w.f wit out w.i w.fl  
ace ter. ub nst ick  
bo co e. d agr r.c  
ok. m/ om am om  
co \_ om co /n



**Central dos  
Trabalhadores  
e Trabalhadoras  
do Brasil**



(<https://www.ctb.org.br/>)

// ta) / /

Pesquisar...



# O STF senta à mesa com empresários e trabalhador paga o pato

@umberto(<https://www.ctb.org.br/author/umberto/>)

📅 fevereiro 1, 2024(<https://www.ctb.org.br/2024/02/01/>) ⌚ 4:38 pm

💬 No (<https://www.ctb.org.br/2024/02/01/o-stf-senta-a-mesa-com-empresarios-e-trabalhador-Comments-pago-o-pato/#respond>)





*Brasília (DF) 11/04/2023 Fachada do palácio do Supremo Tribunal Federal (STF) Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil*

*A proteção constitucional da dignidade do trabalhador foi esvaziada*

**Por Conrado Hübner Mendes\***

O Brasil, sozinho, tem 98% de todas as ações trabalhistas do mundo. Ministros do STF folgam 98% do tempo. Bancos financiam 98% das viagens de ministros do STF ao exterior. Ministros do STF são 98% técnica, 2% família. 98% dos brasileiros apoiam Alexandre de Moraes para a Presidência. 98% dos militares respeitam a lei e não acreditam ter última palavra na interpretação constitucional.

Essas frases falsas dariam boas manchetes na política do pânico e circo. Na democracia com déficit de atenção, a desinformação verossímil se espalha com mais força e facilidade do que a mentira voando abaixo do radar da verossimilhança. Ou talvez o contrário, a depender das inclinações de espírito da rede por onde navega.

Pois uma dessas frases foi dita por Luís Roberto Barroso, presidente do STF, anos atrás. Afirmou que o país tinha 98% das ações trabalhistas do mundo (do mundo) e prejudicou qualquer discordância: “Na vida devemos trabalhar com fatos, não escolhas ideológicas prévias.” Sua frase, ironicamente, dizia mais sobre si mesmo do que sobre o mundo. Faltavam fatos, sobraram escolhas prévias. Falhava empiricamente e teoricamente.

Pronunciada numa palestra na Universidade de Oxford, em defesa da reforma trabalhista, cuja constitucionalidade viria a julgar depois, a frase não passou despercebida, nem foi inofensiva.

No relatório do senador Ricardo Ferraço, que defendeu a aprovação do projeto de lei, a frase foi citada como fundamento. O conteúdo da fala ajudava, mas foi ainda mais importante quem a enunciava. Barroso deu ao legislador um conforto constitucional, esse pré-juízo de constitucionalidade sobre a lei.

Foi mais um sopro de apoio à reforma.

O episódio emblemático ilustra como ministros do STF têm participado, dentro e fora dos autos, na diluição dos direitos do trabalhador. Muitos foram defensores incondicionais de qualquer mudança sob a alcunha de “reforma trabalhista”. Em algumas ações do STF, foram mais longe que a própria reforma e deixaram precarizar o que nem o legislador precarizou. Até elogios não solicitados à reforma foram redigidos nos votos.

Na pesquisa “STF como Justiça Política do Capital”, Grijalbo Coutinho descreveu a transição do STF de “tribunal moderado-garantista” (1990 a 2006), que priorizou, por exemplo, o legislado sobre o negociado e bloqueou tentativas de terceirização de atividade-fim, a “tribunal ativista-conservador” (a partir de 2007), que autorizou terceirização generalizada, aceitou formas contratuais precárias e desarticulou fontes de custeio da atividade sindical.

Outros estudos apontam como o STF se deixou levar pelo ideário econômico que vê na proteção ao trabalhador um custo de produção, e aceita reduzir o direito do trabalho a contrato privado. Nessa relação, o trabalhador seria livre para se deixar explorar. Uma ideia pré-constitucional. Essa onda jurisprudencial ecoa a Era Lochner da Suprema Corte americana que, nos anos 1920, enxergou no regime de 18 horas diárias de trabalho nas padarias apenas liberdade dos padeiros.

Quando observamos o hábito normalizado de ministros de cortes superiores frequentarem eventos do Grupo Lide, Grupo Esfera, Fiesp, IDP ou qualquer grupo que cultive a alergia ao direito do trabalho, não surpreende que saiam convencidos de que o sofrimento a ser priorizado pelo juiz constitucional é o sofrimento do empresário. Ao se permitirem esse tipo de encontro exclusivo, também nos autorizam esse tipo de desconfiança.

Está na pauta do STF de 8 de fevereiro o julgamento de ação proposta pela Rappi Brasil. Decisões de tribunais regionais do trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho reconheceram vínculo empregatício na relação de trabalhadores de aplicativos de intermediação. Para a empresa, há apenas um “motociclista parceiro” livre para trabalhar. Por isso pede ao STF que deixe essa bonita relação contratual livre do direito do trabalho.

Pode ser o tiro último e definitivo num edifício de proteção ao trabalhador construído durante quase um século. Um pacto que merece ajuste e aperfeiçoamento, não extinção.

**\*Professor de direito constitucional da USP e doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade**

Foto: Agência Brasil

18 horas diárias (<https://www.ctb.org.br/tag/18-horas-diarias/>) , colaboradores (<https://www.ctb.org.br/tag/colaboradores/>) , contrato privado (<https://www.ctb.org.br/tag/contrato-privado/>) , Direito do Trabalho (<https://www.ctb.org.br/tag/direito-do-trabalho/>) , entregador (<https://www.ctb.org.br/tag/entregador/>) , legislação trabalhista (<https://www.ctb.org.br/tag/legislacao-trabalhista/>) , Luiz Roberto Barroso (<https://www.ctb.org.br/tag/luiz-roberto-barroso/>) , motorista de aplicativo (<https://www.ctb.org.br/tag/motorista-de-aplicativo/>) , reforma trabalhista (<https://www.ctb.org.br/tag/reforma-trabalhista/>) , STF (<https://www.ctb.org.br/tag/stf/>) , terceirização ilimitada (<https://www.ctb.org.br/tag/terceirizacao-ilimitada/>)

## Deixe uma resposta

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com \*

Comentário

Nome \*

MAIS LIDAS

E-mail \*



(<https://www.ctb.org.br/2024/04/23/confira-as-atracoes-do-1-de-maio-em-sao-paulo/>)**Confira as atrações do 1º de maio em São Paulo**

(<https://www.ctb.org.br/2024/04/23/confira-as-atracoes-do-1-de-maio-em-sao-paulo/>)  
☐ Salvar meus dados neste navegador para a próxima vez que eu comentar.

Comentário do post



am. Aprenda como seus dados de comentários são  
/).  
(<https://www.ctb.org.br/2024/06/06/a-luta-das-trabalhadoras-e-trabalhadores-da-enfermagem-merece-a-solidariedade-de-todo-o-povo-brasileiro/>)**A luta das trabalhadoras e trabalhadores da...** (<https://www.ctb.org.br/2024/06/06/a-luta-das-trabalhadoras-e-trabalhadores-da-enfermagem-merece-a-solidariedade-de-todo-o-povo-brasileiro/>)



(<https://www.ctb.org.br/2024/03/18/greve-na-educacao-municipal-professoras-reivindicam-valorizacao-e-melhores-condicoes-de-trabalho-em-sao-paulo/>) **Greve na educação municipal: Professores(as)...** (<https://www.ctb.org.br/2024/03/18/greve-na-educacao-municipal-professoras-reivindicam-valorizacao-e-melhores-condicoes-de-trabalho-em-sao-paulo/>)

## Posts de @PortalCTB



**Nada para ver aqui.  
Ainda.**

Quando isso acontecer, os posts serão exibidos aqui.



Visualizar no X

**Central dos  
Trabalhadores  
e Trabalhadoras  
do Brasil**

## Contatos:



(mailto:secgeral@ctb.org.br?subject=&body=)

secgeral@ctb.org.br (mailto:secgeral@ctb.org.br?subject=&body=)

11 5074-0040



Rua Cardoso de Almeida, 1843, Sumaré São Paulo - SP - Brasil CEP: 01251-001



(<https://www.movimentobr.com/>)

Desenvolvido por: